



**Ministério da Economia**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



**Processo nº** 16692.721410/2017-33  
**Recurso** Voluntário  
**Resolução nº** 3402-003.374 – 3ª Seção de Julgamento/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 24 de novembro de 2021  
**Assunto** DILIGÊNCIA  
**Recorrente** COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência nos termos do voto condutor. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhes aplicado o decidido na Resolução nº 3402-003.372, de 24 de novembro de 2021, prolatada no julgamento do processo 16692.721418/2017-08, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(assinado digitalmente)

Pedro Sousa Bispo – Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Lázaro Antonio Souza Soares, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Marcos Roberto da Silva (suplente convocado), Cynthia Elena de Campos, Marcos Antonio Borges (suplente convocado), Renata da Silveira Bilhim, Thais de Laurentiis Galkowicz, Pedro Sousa Bispo (Presidente). Ausente o conselheiro Jorge Luis Cabral, substituído pelo conselheiro Marcos Antonio Borges.

## Relatório

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 47, §§ 1º e 2º, Anexo II, do Regulamento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015. Dessa forma, adoto neste relatório substancialmente o relatado na resolução paradigma.

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra o Acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento que julgou procedente em parte a impugnação apresentada.

Conforme relatado em decisão de primeira instância, em decorrência da não homologação da compensação foi lavrada notificação de lançamento para exigência de multa isolada, correspondente a 50% do valor do débito indevidamente compensado.

Em peça de impugnação a Autuada havia apresentado os seguintes argumentos:

Fl. 2 da Resolução n.º 3402-003.374 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
Processo nº 16692.721410/2017-33

- i) Ausência de má-fé ou ato ilícito;
- ii) Duplicidade da cobrança da multa em outro processo;
- iii) Inconstitucionalidade já reconhecida pelo STF;
- iv) Sanção política da penalidade,
- v) *Bis in idem* em face da cobrança de multa de mora sobre os débitos não compensados;
- vi) Necessário sobrestamento do processo até o julgamento definitivo da discussão sobre o direito creditório.

A DRJ de origem aplicou a reversão das glosas, julgando procedente em parte a impugnação para manter a multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o débito remanescente.

A Contribuinte foi intimada do v. acórdão de primeira instância, apresentando tempestivamente o Recurso Voluntário, pelo qual pediu o provimento nos seguintes termos:

- i) **Preliminarmente**, a suspensão do julgamento deste processo administrativo até o julgamento final na esfera administrativa de outro processo de igual teor;
- ii) **No mérito**, a improcedência do lançamento da multa isolada.

É o relatório.

## Voto

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto consignado na resolução paradigma como razões de decidir:

### 1. Pressupostos legais de admissibilidade

Conforme relatório, o recurso é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade, resultando em seu conhecimento.

### 2. Necessária conversão do julgamento em diligência

**2.1.** Versa o presente processo sobre notificação de lançamento de multa isolada, aplicada com fundamento no § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com alterações posteriores, exigida no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre a compensação não homologada através do PAF nº 10880.944945/2013-53.

Como relatado, a DRJ de origem considerou a reversão das glosas através do Acórdão nº 11-67.694, que julgou a manifestação de inconformidade apresentada pela contribuinte contra o despacho

Fl. 3 da Resolução n.º 3402-003.374 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
Processo nº 16692.721410/2017-33

decisório que não homologou a compensação, mantendo a multa sobre o débito remanescente.

**Ocorre que o PAF nº 10880.944945/2013-53 está na Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária Virtual em São Paulo, tendo sido julgada pela DRJ de Recife/PE, conforme consulta ao COMPROT que abaixo colaciono:**

| Consulta de Processo                                                   |            |                 |  |  |  |
|------------------------------------------------------------------------|------------|-----------------|--|--|--|
| Dados Básicos                                                          | Movimentos | Posicionamentos |  |  |  |
| <b>Dados do Processo</b>                                               |            |                 |  |  |  |
| Número: 10880.944945/2013-53                                           |            |                 |  |  |  |
| Data de Protocolo: 10/09/2013                                          |            |                 |  |  |  |
| Documento de Origem:                                                   |            |                 |  |  |  |
| Procedência:                                                           |            |                 |  |  |  |
| Assunto: PER - ELETRONICO - RESSARCIMENTO PIS/PASEP                    |            |                 |  |  |  |
| Nome do Interessado: VOTORANTIM METAIS S.A.                            |            |                 |  |  |  |
| CNPJ: 18.499.616/0004-67                                               |            |                 |  |  |  |
| Tipo: Digital                                                          |            |                 |  |  |  |
| Sistemas: Profisc: Não e-Processo: Sim SIEF: Controlado pelo SIEF      |            |                 |  |  |  |
| <b>Localização Atual</b>                                               |            |                 |  |  |  |
| Órgão de Origem: EQ OPERACIONALIZACAO DE DIREITO CRET-SPO              |            |                 |  |  |  |
| Órgão: DEL REC FED ADMIN TRIBUTARIA VIRTUAL-SP                         |            |                 |  |  |  |
| Movimentado em: 15/06/2020                                             |            |                 |  |  |  |
| Sequência: 0009                                                        |            |                 |  |  |  |
| RM: 16401                                                              |            |                 |  |  |  |
| Situação: EM ANDAMENTO                                                 |            |                 |  |  |  |
| UF: SP                                                                 |            |                 |  |  |  |
| Este documento não indica a existência de qualquer direito creditório. |            |                 |  |  |  |

| Consulta de Processo                                                   |                       |            |                 |                                          |                                          |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------|------------|-----------------|------------------------------------------|------------------------------------------|
| Dados Básicos                                                          |                       | Movimentos | Posicionamentos |                                          |                                          |
| Data                                                                   | Tipo                  | Sequência  | Relação         | Origem                                   | Destino                                  |
| 15/06/2020                                                             | Movimentação          | 0009       | 16401           | EQ OPERACIONALIZACAO DE DIREITO CRET-SPO | DEL REC FED ADMIN TRIBUTARIA VIRTUAL-SP  |
| 22/05/2020                                                             | Movimentação          | 0008       | 15504           | EQ TRIAGEM PROCESSO DIGITAL-DERAT-SPO-SP | EQ OPERACIONALIZACAO DE DIREITO CRET-SPO |
| 21/05/2020                                                             | Movimentação          | 0007       | 12357           | DEL REC FED JULGAMENTO-RECIFE-PE         | EQ TRIAGEM PROCESSO DIGITAL-DERAT-SPO-SP |
| 21/02/2019                                                             | Movimentação          | 0006       | 10803           | CENTRO NAC GESTAO DE PROCESSO-DRJ-RPO-SP | DEL REC FED JULGAMENTO-RECIFE-PE         |
| 23/10/2017                                                             | Movimentação          | 0005       | 17319           | DEL REC FED JULGAMENTO-SAO PAULO1-SP     | CENTRO NAC GESTAO DE PROCESSO-DRJ-RPO-SP |
| 19/10/2017                                                             | Movimentação          | 0004       | 20482           | DIV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA DERAT-SPO  | DEL REC FED JULGAMENTO-SAO PAULO1-SP     |
| 19/09/2017                                                             | Movimentação          | 0003       | 13262           | EQ OPERACIONALIZACAO DE DIREITO CRET-SPO | DIV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA DERAT-SPO  |
| 18/08/2017                                                             | Movimentação          | 0002       | 17411           | DIV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA DERAT-SPO  | EQ OPERACIONALIZACAO DE DIREITO CRET-SPO |
| 10/09/2013                                                             | Primeira Distribuição | 0001       | 00000           | PROTOCOLO GERAL DA SAMF-SP               | DIV ORIENT ANALISE TRIBUTARIA DERAT-SPO  |
| Este documento não indica a existência de qualquer direito creditório. |                       |            |                 |                                          |                                          |

A multa isolada, objeto deste litígio, é prevista pelo § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

**§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (sem destaque no texto original)**

Observo que resta configurada a vinculação dos processos por decorrência entre o processo de compensação e o litígio ora em análise, motivo pelo qual incide a hipótese do artigo 6º, § 1º, II do RICARF, que tem a seguinte previsão:

Art. 6º Os processos vinculados poderão ser distribuídos e julgados observando-se a seguinte disciplina:

§1º Os processos podem ser vinculados por:

Fl. 4 da Resolução n.º 3402-003.374 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
Processo nº 16692.721410/2017-33

I - conexão, constatada entre processos que tratam de exigência de crédito tributário ou pedido do contribuinte fundamentados em fato idêntico, incluindo aqueles formalizados em face de diferentes sujeitos passivos;

**II - decorrência, constatada a partir de processos formalizados em razão de procedimento fiscal anterior ou de atos do sujeito passivo acerca de direito creditório ou de benefício fiscal, ainda que veiculem outras matérias autônomas; e**

III - reflexo, constatado entre processos formalizados em um mesmo procedimento fiscal, com base nos mesmos elementos de prova, mas referentes a tributos distintos. **(sem destaque no texto original)**

Por sua vez, considerando que a Contribuinte contestou a não homologação da compensação, incide o § 18 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, já citado. Vejamos:

Art. 74. ....

**§ 18. No caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação, fica suspensa a exigibilidade da multa de ofício de que trata o § 17, ainda que não impugnada essa exigência, enquadrando-se no disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional. (sem destaque no texto original)**

Ademais, diante da vinculação entre os processos, igualmente resta configurada relação de prejudicialidade, motivo pelo qual, para evitar que sejam proferidas decisões contraditórias, deve a multa isolada discutida nos presentes autos permanecer suspensa até decisão administrativa definitiva a ser proferida no processo que tem por objeto a compensação não homologada e que deu origem a penalidade ora analisada.

No mesmo sentido, vejamos posicionamento adotado neste CARF:

#### **ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Exercício: 2018

MULTA ISOLADA. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. PROCEDÊNCIA.

O § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996 prevê a aplicação da multa isolada calculada no percentual de 50% sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada.

MULTA ISOLADA. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. ART. 74, § 17, DA LEI Nº 9.430/96. SOBRESTAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO ATÉ JULGAMENTO FINAL DO PROCESSO DE COMPENSAÇÃO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.

**A lavratura de auto de infração para cobrança de multa isolada por não homologação da compensação (50% aplicado sobre o valor do débito objeto de declaração) e a análise da legitimidade e quantificação do crédito pleiteado (processo de compensação) têm objetos distintos. Nos termos do § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, a lavratura do auto para a aplicação da multa isolada é atividade vinculada (art. 142, do CTN). Dessa forma, não há falar-se em inaplicabilidade da multa antes do trânsito em julgamento do processo de compensação, tampouco em sobrestamento de um em função da ausência de trânsito em julgado do outro.**

**A suspensão da exigibilidade da multa isolada por não homologação da compensação é medida que se impõe, nos termos da Lei nº 9.430, de 1996,**

Fl. 5 da Resolução n.º 3402-003.374 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
Processo nº 16692.721410/2017-33

**art. 74, § 18, até o julgamento definitivo do processo em que se analisa o direito creditório quando seu valor deverá ser reapurado de acordo com o decidido em tal processo.**

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Exercício: 2018

INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS TRIBUTÁRIAS.  
INCOMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 2 DO CARF.

Este Colegiado é incompetente para apreciar questões que versem sobre constitucionalidade das leis tributárias.

JUROS DE MORA SOBRE MULTA DE OFÍCIO. INCIDÊNCIA. SÚMULA Nº 108 DO CARF.

Incidem juros moratórios, calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sobre o valor correspondente à multa de ofício. **(Acórdão nº 3201-009.234 – PAF nº 11080.738774/2018-18 – Relator: Conselheiro Leonardo Vinicius Toledo de Andrade) – (sem destaque no texto original)**

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

Ano-calendário: 2004

PROCESSOS VINCULADOS POR DECORRÊNCIA. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE. NECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO DO JULGAMENTO DO RECURSO ATÉ QUE SEJA PROLATADA DECISÃO DEFINITIVA NO PROCESSO DE ORIGEM DO CRÉDITO.

A existência de discussão em processo administrativo distinto sobre o crédito pretendido no PER/DCOMP objeto dos autos caracteriza situação de prejudicialidade, a qual impõe o sobrestamento do julgamento do Recurso Voluntário até que seja proferida decisão definitiva no processo de origem do crédito. **(Acórdão nº 100-2000.671 – PAF nº 10580.912495/2009-38 – Relator: Conselheiro Aílton Neves da Silva)**

Por tais razões, proponho a conversão do julgamento do recurso em diligência, para sobrestamento do presente processo até a decisão administrativa definitiva a ser proferida no PAF nº A multa isolada, objeto deste litígio, é prevista pelo § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

**§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (sem destaque no texto original)**

Observo que resta configurada a vinculação dos processos por decorrência entre o processo de compensação e o litígio ora em análise, motivo pelo qual incide a hipótese do artigo 6º, § 1º, II do RICARF, que tem a seguinte previsão:

Fl. 6 da Resolução n.º 3402-003.374 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
Processo nº 16692.721410/2017-33

Art. 6º Os processos vinculados poderão ser distribuídos e julgados observando-se a seguinte disciplina:

§1º Os processos podem ser vinculados por:

I - conexão, constatada entre processos que tratam de exigência de crédito tributário ou pedido do contribuinte fundamentados em fato idêntico, incluindo aqueles formalizados em face de diferentes sujeitos passivos;

II - **decorrência, constatada a partir de processos formalizados em razão de procedimento fiscal anterior ou de atos do sujeito passivo acerca de direito creditório ou de benefício fiscal, ainda que veiculem outras matérias autônomas;** e

III - reflexo, constatado entre processos formalizados em um mesmo procedimento fiscal, com base nos mesmos elementos de prova, mas referentes a tributos distintos. (sem destaque no texto original)

Por sua vez, considerando que a Contribuinte contestou a não homologação da compensação, incide o § 18 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, já citado. Vejamos:

Art. 74. ....

§ 18. **No caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação, fica suspensa a exigibilidade da multa de ofício de que trata o § 17, ainda que não impugnada essa exigência, enquadrando-se no disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.** (sem destaque no texto original)

Ademais, diante da vinculação entre os processos, igualmente resta configurada relação de prejudicialidade, motivo pelo qual, para evitar que sejam proferidas decisões contraditórias, deve a multa isolada discutida nos presentes autos permanecer suspensa até decisão administrativa definitiva a ser proferida no processo que tem por objeto a compensação não homologada e que deu origem a penalidade ora analisada.

No mesmo sentido, vejamos posicionamento adotado neste CARF:

#### **ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Exercício: 2018

MULTA ISOLADA. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. PROCEDÊNCIA.

O § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996 prevê a aplicação da multa isolada calculada no percentual de 50% sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada.

MULTA ISOLADA. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. ART. 74, § 17, DA LEI Nº 9.430/96. SOBRESTAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO ATÉ JULGAMENTO FINAL DO PROCESSO DE COMPENSAÇÃO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.

**A lavratura de auto de infração para cobrança de multa isolada por não homologação da compensação (50% aplicado sobre o valor do débito objeto de declaração) e a análise da legitimidade e quantificação do crédito pleiteado (processo de compensação) têm objetos distintos. Nos termos do § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, a lavratura do auto para a aplicação da multa isolada é atividade vinculada (art. 142, do CTN). Dessa forma, não há falar-se em inaplicabilidade da multa antes do trânsito em julgamento do**

Fl. 7 da Resolução n.º 3402-003.374 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
Processo nº 16692.721410/2017-33

**processo de compensação, tampouco em sobrestamento de um em função da ausência de trânsito em julgado do outro.**

**A suspensão da exigibilidade da multa isolada por não homologação da compensação é medida que se impõe, nos termos da Lei nº 9.430, de 1996, art. 74, § 18, até o julgamento definitivo do processo em que se analisa o direito creditório quando seu valor deverá ser reapurado de acordo com o decidido em tal processo.**

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Exercício: 2018

INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS TRIBUTÁRIAS.  
INCOMPETÊNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 2 DO CARF.

Este Colegiado é incompetente para apreciar questões que versem sobre constitucionalidade das leis tributárias.

JUROS DE MORA SOBRE MULTA DE OFÍCIO. INCIDÊNCIA. SÚMULA Nº 108 DO CARF.

Incidem juros moratórios, calculados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, sobre o valor correspondente à multa de ofício. (Acórdão nº 3201-009.234 – PAF nº 11080.738774/2018-18 – Relator: Conselheiro Leonardo Vinicius Toledo de Andrade) – (sem destaque no texto original)

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

Ano-calendário: 2004

PROCESSOS VINCULADOS POR DECORRÊNCIA. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE. NECESSIDADE DE SOBRESTAMENTO DO JULGAMENTO DO RECURSO ATÉ QUE SEJA PROLATADA DECISÃO DEFINITIVA NO PROCESSO DE ORIGEM DO CRÉDITO.

A existência de discussão em processo administrativo distinto sobre o crédito pretendido no PER/DCOMP objeto dos autos caracteriza situação de prejudicialidade, a qual impõe o sobrestamento do julgamento do Recurso Voluntário até que seja proferida decisão definitiva no processo de origem do crédito. (Acórdão nº 100-2000.671 – PAF nº 10580.912495/2009-38 – Relator: Conselheiro Aílton Neves da Silva)

**Por tais razões, proponho a conversão do julgamento do recurso em diligência, para sobrestamento do presente processo até a decisão administrativa definitiva a ser proferida no PAF nº 10880.944945/2013-53.**

**Após, com o trânsito em julgado certificado, anexar nestes autos a cópia da respectiva decisão final, como retorno do processo para julgamento por este Colegiado, nos termos regimentais.**

É a proposta de resolução.

Fl. 8 da Resolução n.º 3402-003.374 - 3ª Sejul/4ª Câmara/2ª Turma Ordinária  
Processo nº 16692.721410/2017-33

## CONCLUSÃO

Importa registrar que, nos autos em exame, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigma, de tal sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas, não obstante os dados específicos citados neste voto.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º e 2º do art. 47 do anexo II do RICARF, reproduzo o decidido na resolução paradigma, no sentido de converter o julgamento do recurso em diligência.

(assinado digitalmente)

Pedro Sousa Bispo – Presidente Redator